

O TRABALHO DO PROFESSOR NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: ENTRE O “EDUCAR PARA O CONSENSO” E AS “PRÁTICAS ANTI – HEGEMÔNICAS”!

Autor: Deyvid Braga Ferreira; Co-autor (1): Simone da Costa Silva; Co-autor (2): Danielle da Costa Silva; Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes.

Faculdade Raimundo Marinho (FRM/AL), E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br; Universidade Federal de Alagoas (UFAL), E-mail: simonecostaufal@gmail.com; Universidade Federal de Alagoas (UFAL) E-mail: daniellecostaufal@gmail.com; Universidade Federal de Alagoas (UFAL) E-mail: elionend@uol.com.br

RESUMO: Este artigo tem por escopo analisar as transformações históricas ocorridas nos séculos XX e XXI em relação ao trabalho docente em Segurança Pública no Brasil, fazendo uma reflexão acerca das práticas de uma pedagogia da hegemonia que se consolidaram através da criação de uma matriz curricular unificada. Para desvelar tal problemática, fora realizado um trabalho de pesquisa qualitativo com revisão bibliográfica. Os resultados obtidos revelaram que o trabalho docente em segurança pública está subserviente aos ditames do capital, corroborando com a perpetuação do projeto de sociabilidade da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Pedagogia Hegemônica, Trabalho Docente, Segurança Pública.

1.0 INTRODUÇÃO

No Brasil, as forças de segurança pública possuem uma peculiaridade especial que as torna únicas no mundo. Conforme o art. 144 da Constituição Federal de 1988, possuímos atualmente 04 diferentes órgãos encarregados da segurança pública. São eles: Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Forças Federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal), Forças Estaduais (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) e Força Municipal (Guarda Municipal). Cada qual com suas atribuições e papéis definidos e distintos (BONAVIDES, 2017).

Entretanto, mesmo com todo este aparato, a segurança pública continua fragilizada. Basta um olhar mais atento ao nosso redor ou uma simples consulta a qualquer meio midiático de informação para percebermos o quanto existe de violência em nosso meio.

O “boom” do crime organizado começa a ocorrer justamente no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. A partir da década de 90, o Brasil começa a implementar políticas neoliberais, tanto na área da segurança pública quanto na educação de seus servidores, provocando paulatinamente severas reduções nas verbas públicas destinadas a seus custeios (BONAVIDES, 1999). Ao observarmos as

datas, poderemos notar que tal situação coincide com o advento da criação da SENASP/ MJ¹ em 1997, estendendo-se até a apresentação da sua Matriz Curricular Unificada da Segurança Pública, em 2009.

2.0 METODOLOGIA

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, tendo em vista buscarmos subsídios teórico – doutrinários para tratarmos das questões do trabalho docente na Segurança Pública, conforme FLICK (2008).

Estruturamos nossa pesquisa da seguinte forma: ao introduzirmos a temática, buscamos situar o leitor acerca dos agentes participantes da segurança pública no Brasil (BONAVIDES, 2017), bem como apresentar o motivo alegado para a criação da matriz unificada da SENASP/ MJ (BONAVIDES, 1999). Na discussão dos resultados, subdividimos os estudos em três partes: num primeiro momento, abordaremos a “constituição da matriz curricular unificada”, buscando, subsídios em: NEVES & SANT’ANNA (2005), GNERRE (2003), CAVALCANTE (2007), BOBBIO (1992) e SAVIANI (2010). No segundo momento, iremos discorrer acerca da subserviência da matriz aos ditames do capital mundial – o conceito: “segurança pública com cidadania”, onde iremos dialogar com: BONAVIDES (2017), FRIGOTO (1996), SANTOMÉ (2003) e SARLET (2017). Em nosso terceiro momento, antes da conclusão, trataremos do trabalho docente, a nova social-democracia e as práticas de contra hegemonia, buscando interlocução com: GIDDENS (2000), MARTINS & NEVES (2005), MELO (2004 e 2005), MÉSZÁROS (2007, 2009 e 2010) e NEVES (2005 e 2010). Na conclusão, todos se fazem presentes, ressaltando as ideias de MÉSZÁROS (2007, 2009 e 2010) e NEVES (2005).

3.0 DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1 A CONSTITUIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR UNIFICADA

Ao analisarmos os séculos XX e XXI poderemos perceber que em virtude das correlações de força envolvidas em cada momento histórico desses séculos, a história nos mostra de que forma e sob quais condições, as classes sociais em disputa demonstrarão como será realizada a articulação entre política e economia, atendendo aos seus próprios interesses

¹ Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça (MJ).

(o do capital dominante).

Mesmo tendo havido no Brasil um rosário de movimentos que lutassem pelo acesso indistinto das classes menos favorecidas a uma educação de qualidade, inclusive a das forças de segurança pública, estas sempre foram manobradas e atenderam aos anseios burgueses.

Nesse período, é assente a politização da sociedade civil organizada, onde os grupos de poder que a compõe, de forma mais incisiva, buscam formas não só de perpetuação de seus múltiplos interesse, mas de implementação dos seus projetos de sociabilidade, incidindo diretamente nas decisões estatais (BOBBIO, 1992). Buscam obter, nesse sentido, consentimento, quer ativo ou passivo, para a aplicabilidade de seus projetos sociabilísticos e antagônicos, com o fito de consolidação de direitos previstos não só nas constituições vigentes, mas na criação ou ampliação de outros que porventura possuam interesse.

É nessa perspectiva, que no final do século XIX e começo do século XX, observamos as organizações políticas conseguirem a inserção de direitos sociais ao proletariado, materializado nas constituições brasileiras ou em leis esparsas (a CLT é um bom exemplo).

Essa mesma politização sociedade civil contribui para que o consenso ou adesão espontânea de indivíduos ou grupos aos projetos das classes sociais em disputa na sociedade civil (e também no Estado...), passe a se constituir, ao mesmo tempo, em importante instrumento de dominação da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas. (NEVES e SANT'ANNA, 2005, p. 23).

A partir deste momento, através da disputa pelo direcionamento que a sociedade deve seguir no melhor interesse de preservar seu “*status quo*”, a classe dominante conseguirá convencer a quase totalidade da sociedade de que seus interesses comungam das mesmas afinidades, propiciando legitimidade para seus pleitos. Com isto, pode-se consolidar uma ideologia hegemônica de: orientação intelectual, política, moral, e cultural das classes policiais.

Para que se logre êxito em sua empreitada, o estado enquanto elemento garantidor/reprodutor dos anseios das classes dominantes criou e continua a criar políticas orientadas a manutenção de uma “pedagogia de hegemonia”, adaptando no seio social, peculiaridades no desenvolvimento da: cultura, moral e ética, ou seja, nos valores basilares do cotidiano que regulam as práticas de convívio/convivência entre os

membros da sociedade. Tudo na finalidade de reformular, a bem de seu interesse, as práticas educativas aos “novos interesses” do capitalismo.

Com tal Matriz Curricular Única da Segurança Pública não fora diferente. Todo processo de busca pela hegemonia política, onde a classe dominante tende a modificar a realidade dando-lhe novo sentido e renomeando-lhe, utiliza-se de uma transformação dos sentidos, das categorias, dos conceitos e dos discursos para legitimar suas reformas, pois na visão capitalista somente elas atendem as questões reivindicadas pela sociedade. Nessa perspectiva,

Não há, pois, discurso neutro ou inocente. Todo discurso é ideológico, uma vez que ao ser produzido, o sujeito o faz a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica, e assim veiculam suas crenças, valores, visões de mundo que representam os lugares sociais que este ocupa. O discurso é, pois, campo de mediações que articula novos sentidos aos já conhecidos. Ele tem a capacidade de (re) significar o já dito... (CAVALCANTE, 2007, p. 53)

Na proposta de uma matriz curricular unificada, anunciam-se propósitos louváveis, que “atendem” aos anseios da sociedade. Nela, encontramos o seguinte posicionamento:

Espera-se que este documento seja uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com ideias e sugestões que possam estimular o raciocínio estratégico-político e didático-educacionais necessários à reflexão e ao desenvolvimento de toda e qualquer ação educacional na área de Segurança Pública. Espera-se também que todo esse movimento chegue às salas de aula, transformando a ação pedagógica e contribuindo para a excelência da formação do profissional de Segurança Pública. (SENASP/ MJ, 2014, p. 13)

Nesse sentido, observa-se que a matriz curricular está transmitindo uma “comunicação” ao ouvinte ante a posição que ela ocupa na sociedade. Isso ocorre em virtude do poder de mobilização de autoridade acumulada e concentrada no ato linguístico da matriz (Gnerre, 2005).

Isto se dá em virtude do valor de quem está falando (SENASP/ MJ), pois em uma sociedade calcada na estratificação social, a Matriz Curricular Nacional é o reflexo do poder e autoridade emanada do “governo” que os representa nas relações econômicas e sociais, utilizada para transmitir informação de ordem política e cultural.

Sendo o estado capitalista um estado de classes, (este) tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente... A escola,..., sob a hegemonia burguesa, vem se

estruturando com vistas a formar,..., um intelectual urbano de novo tipo, que apresenta como características principais o aumento da capacidade técnica necessária a reprodução ampliada das relações capitalistas de produção e uma nova capacitação dirigente. (NEVES e SANT'ANNA, 2005, p. 29).

Ao se criar uma matriz curricular unificada na segurança pública, o Estado, enquanto agente perpetuador dos ideais burgueses da classe dominante, aplica em seus agentes da segurança pública a difusão de uma pedagogia hegemônica, limitando a classe laboral ao conformismo ou ostracismo, ditando o que será o ideal, as idéias e as práticas que devem passar na sua aprendizagem.

A “pedagogia da hegemonia”, portanto, é um alargamento no conceito de cidadania, de forma ideológica e maniqueísta, que visa unicamente impedir o nível de conscientização política e organizacional das classes subalternas (trabalhadores) de alcançarem consciência do direito que possuem na participação da condução do estado, podendo gerir o processo legislativo (elaboração das leis) e administrativo (administração pública), alcançando, com isto, o “*status*” de classe social dominante sob os grupos que disto não se conscientizaram, passando a ser o grupo social subordinado.

3.2 A SUBSERVIÊNCIA DA MATRIZ AOS DITAMES DO CAPITAL MUNDIAL – O CONCEITO: “SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA”

O governo, ente de manutenção do “*status quo*” da classe dominante e do capital, ao alinhar “segurança pública com cidadania”, responde momentaneamente as questões de cobrança por segurança da sociedade, ou seja, está materializando suas formações ideológicas de modo a, na relação com seus governados, produzir e reproduzir seu poder na sociedade. Nesse sentido, a Matriz ao encontrar a realidade de violência posta e as circunstâncias da situação em que vive a sociedade irá produzir um novo sentido.

O termo cidadania (Sarlet, 2017) é caracterizado pelo exercício dos direitos: políticos, civis e sociais. O direito político visa assegurar a participação do indivíduo no governo do país com seu voto. Ou seja, espera-se um grau de conscientização do eleitorado para que escolha os melhores representantes. Os direitos civis são aqueles em que se acentua o princípio da liberdade. São considerados de caráter negativo, pois o Estado para violá-los precisa estar amparado por alguma lei. Por exemplo: direito a vida, inviolabilidade de domicílio. Os direitos sociais são aqueles em que se acentua o princípio da

Igualdade. São considerados de caráter positivo, pois o Estado deve promover políticas públicas para sua implementação na sociedade. Por exemplo: os direitos econômicos, sociais e culturais.

Em nosso País, parece contraditório falar de cidadania quando um contingente de mais de 16 milhões de pessoas são analfabetas, onde aproximadamente 50% dessas pessoas residem na região nordeste. Nosso País apresenta um dos piores IDH do mundo, sendo superado apenas por poucos países em sua maioria africanos. (IBGE/2017). É neste contexto de pobreza e de exclusão social que se insere o signo de mudança proposto pela Matriz curricular.

Outro dado bastante perspicaz é o fato da não imposição a nenhum estado-parte de seguir estes nortes educacionais. Entretanto, caso o estado não siga seus preceitos, não recebe verba do PRONASCI² (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania).

Para se tiver uma ideia, o PRONASCI arca com 90% das verbas de projetos destinados a área de segurança pública que comunguem as ideias da matriz curricular. Imagine um projeto da ordem de 1 milhão de reais na compra de material. O estado-parte entra com 100 mil reais e o governo federal (PRONASCI) com “apenas” 900 mil reais.

O que o neoliberalismo sempre buscou, disfarçado de “qualidade na educação”, é o desmonte na oferta gratuita e de qualidade de ensino aos agentes da segurança estatal. Não se está a lidar com um problema técnico, ao qual cabem respostas fechadas, impositivas. Trata-se de um problema que envolve conceitos multidimensionais, que necessitam de respostas múltiplas ante a complexidade de suas questões (Frigoto, 1996).

Neste sentido, Santomé (2003) nos lembra dos insucessos do governo espanhol na tentativa de forçar todas as suas províncias a adotarem um regime matricial único de formação de seus alunos. O estigma mais gritante nesta situação, assim como ocorre na matriz, é a falta de possibilidades de regionalização de situações e de costumes. Para a matriz, deve-se: “padronizar conhecimentos, para que todos ajam de forma símile”.

3.3 O TRABALHO DOCENTE, A NOVA SOCIAL-DEMOCRACIA E AS PRÁTICAS DE CONTRA HEGEMONIA.

² Para maiores informações: <http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca/pronasci>

É assente a ação dos organismos internacionais na formulação de promoção das políticas socialmente interessantes a classe dominante, assim como uma nova estruturação mundial focada do desmantelamento do estado de bem estar social e das conquistas da classe laboral.

Com uma mobilização dos organismos internacionais de promoção do ideário capitalista e fomento de seu projeto de sociabilidade, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), promoveram em nível mundial a privatização dos setores mais básicos de prestação de serviços que deveriam propiciar qualidade de vida aos trabalhadores, além da fragmentariedade das políticas sociais; tudo isto, na tentativa de recuo nas quedas dos lucros e financiamento público ao capital privado.

A criação dos organismos internacionais atuais acompanhou o movimento de transformação geopolítica do pós-segunda guerra mundial e ampliou os poderes de planejamento e ações de sociabilidade dos países vencedores. A condução do processo de dependência e associação dos países ao mundo capitalista foi cuidadosamente pensada a partir dos conceitos de planejamento da época, centralizando decisões e consolidando a hegemonia dos EUA sob o conceito de interdependência. (MELO, 2010, p. 71)

Com tais políticas, cria-se a terceira via (modelo ideológico de fomento as “práticas sociais”), onde o Estado vai paulatinamente transferindo suas funções à sociedade civil (ONG’s, empresas, mídia, associações, fundações, escolas...) com o fito de obter um consenso ideológico de manutenção do projeto de governança burguês, conformando ideologicamente uma extensa gama de pessoas, com a normalidade da perda/ expropriação de seus direitos.

Apesar da crescente onda de demissões pelo mundo afora, do achincalhamento das políticas de privatizações, da precarização cada vez maior do trabalho docente pela redução das conquistas trabalhistas e do socorro ao capital privado nas crises cíclicas do capital, cada vez mais se propaga a tese da “responsabilidade social”.

Cada indivíduo ou grupo deve alavancar meios para auxiliar a sociedade na qual se encontra inserido, independentemente da contrapartida estatal, significando de forma diferente “cidadania” e “democracia”. Nestes moldes, elas significam a adesão de forma contratual entre os detentores do capital e aqueles que vendem sua força de trabalho, para humanizar as relações entre eles, esposados numa sociedade em que o auxílio ao próximo, a ajuda ao próximo, constituem elementos basilares no pilar de sustentação ideológico-religioso social.

Nessa situação, de “plena parceria”, a educação surge como elemento de propagação do ideário da classe dominante, sendo que seus intelectuais, na grande maioria, são oriundos das classes mais abastadas. Mezsáros (2009), ao referir-se aos intelectuais responsáveis pela propagação do ideário contratualista na formação do Estado, os intitula de “tríade burguesa”. São eles Locke, Hobbes e Rousseau.

Devido ao lugar que tais pensadores ocupam na sociedade, existe tendência de reprodução nas relações sociais vigentes, disseminando e legitimando a visão de mundo burguesa, em detrimento de uma situação emancipatória ou contra hegemônica.

Nosso retrospecto histórico não é diferente. No Brasil, existe uma forte tendência de importação das produções capitalistas Europeus e Americanos. O que se chega por aqui, imediatamente é tido por “salvação”. Com isto, reforça-se apenas a pedagogia hegemônica da burguesia mundial.

Para isto, ou seja, para as práticas desta pedagogia hegemônica, a terceira via precisava de uma roupagem atraente, onde a agregação de elementos tidos por desenvolvimentistas e as práticas neoliberais, mesmo sendo antagônicos por excelência, travestiram-se de uma reciprocidade impensável. Houveram profundas reformas no Estado, colimando com a sociedade civil em promotora por excelência na obtenção do consenso majoritário da população e palco de consonância nos interesses conflituosos.

Tais ações de reeducação escolar e política..., implementada por vários governos e pelas várias frações da burguesia com vistas a construir internacionalmente um novo padrão de sociabilidade... Ao se reduzir os níveis de consciência política coletiva das várias frações das classes trabalhadoras, impulsionam seus intelectuais coletivos a pautarem suas agendas políticas por demandas que, embora realizem mudanças parciais nas condições de trabalho e de vida das classes dominadas, mantem praticamente inalteradas as relações de exploração e de expropriação concernentes às relações sociais capitalistas. (MARTINS e NEVES, 2010, p. 37).

Os docentes da segurança pública também são afetos a essa triste realidade. Suas condições de labor desenvolvem-se sob circunstâncias que são muito peculiares, devido à peculiaridade de seu público alvo. Fatores como: elevada jornada de labor diário, tamanho das turmas e razão entre professor/alunos, alta rotatividade dos professores pelas academias, em detrimento da fixação de um corpo específico, falta de investimento público em sua carreira, são as principais.

São circunstâncias que não se circunscrevem a prática recente (devido a matriz ser do final do século XX), mas se encontram de forma constante e crescente, incidindo diretamente nas condições de formação e de trabalho dos docentes, nas condições materiais de promoção de sua própria sustentabilidade e na implementação desta matriz no dia-a-dia prático de seu público alvo.

As agências e organismos internacionais representantes do projeto do neoliberalismo na terceira via, consideram como fatores essenciais para o aprofundamento da mundialização do capital a harmonia social e uma realização cada vez mais intensa das estratégias de conformação social. (MELO, 2010, p. 82)

O motivo principal desta política será a tentativa de “distorcer o nível de consciência social”, engendrando um engodo para a reprodução dos valores mais caros ao capitalismo, desestimulando as práticas pedagógicas de contra hegemonia. Isso leva tanto a docentes quanto a discente fazerem parte e reproduzir um sistema sem resiliências, sem confrontos, coadunando ao projeto de sociabilidade capitalista neoliberal.

Os resultados obtidos com esta pesquisa nos mostraram que o labor desenvolvido pelos professores que atuam na área da segurança pública, com a edição da matriz curricular unificada, corrobora o projeto de sociabilidade da classe que detêm o poder, consolidando não só a hegemonia em nossa sociedade, mas sua subserviência aos ditames do capital.

4.0 CONCLUSÃO

O projeto de sociabilidade burguesa, no lastro histórico, chega vitorioso ao século XXI, pois grande parte da população mundial aceita as relações de dominação e subserviência impostas pela classe dominante, como a única forma plausível de convivência social frente às crises cíclicas por que passa o capital.

Os profissionais da segurança pública e os docentes que ministram os cursos a serem ofertados, podem, a partir da toma de sua real consciência e papel na sociedade, demonstrarem sua insubmissão aos ditames da classe dominante e as ingerências do capitalismo na economia, representando a única esperança de estabelecimento de uma pedagogia de contra hegemonia.

Nas últimas décadas, os índices de empobrecimento, deterioração social e as consequentes transformações da burguesia que transmuta a forma como a sociedade deve cada vez mais compreender a vida e o mundo em que se

vive em especial no Brasil e na Ameríndia, tem relação direta com a precarização do trabalho, o desmonte no investimento escolar e a expansão do projeto de sociabilidade burguês.

A precarização das relações de trabalho (o trabalho docente), principalmente com a retirada/flexibilização de direitos trabalhistas vem se constituindo num importante fator para o desestímulo e a desmobilização destes sujeitos com as práticas de contra hegemonia. Outra questão bastante gritante é a parca remuneração e o caráter sazonal de rotatividade entre tais docentes.

Não existem profissionais fixos, dedicados somente à docência (ensino, pesquisa e extensão) na área de segurança pública. Mudam-se os profissionais ao sabor dos grupos dominantes que cheguem ao poder e instaurem seu projeto de sociabilidade, calcados no capitalismo contemporâneo.

Mas não se deve pensar que tal empreitada será fácil. Na medida em que o projeto de sociabilidade burguesa tende a avançar com a nova social-democracia, os excluídos que passam a ser assistidos por programas de benefícios oriundos do próprio estado ou do terceiro setor, passam a condição de “agraciados” pela beneplacência e misericórdia Estatal, tornando-se colaboradores da manutenção dessa prática em seu meio.

Como exemplo prático podemos citar não só os programas sociais mantidos por ONG’s, mas por estas subsidiadas pelo próprio governo, além do próprio governo, que praticam programas de distribuição de renda em vez de promoção de empregos.

De outro modo, e completamente subserviente a tais interesses, no serviço público poderíamos atribuir as funções gratificadas e cargos de confiança, onde seus detentores, por serem “agraciados” com este presente, subservem aos ditames das praticas hegemônicas. Todo o discurso que outro fazia em detrimento do capital, agora jaz silenciado, por uma “complementação necessária a sua parca remuneração, condição indispensável à manutenção de sua prole”.

Transpondo isto para a realidade da segurança pública, observamos que o discurso que da matriz curricular nacional se revela como produto da síntese das múltiplas determinações (sociais, políticas, econômicas e culturais), vindo a formar um conjunto complexo de saberes orientados pelas formações ideológica da sociedade.

Quando se ouve de existe uma “tendência” na esquerda para o capital, é que a direita está empenhada

num projeto “socialmente responsável e de face capitalista humanizada”, devemos perceber do que realmente se trata.

É preciso uma maior mobilidade, articulando as práticas docentes e os integrantes da segurança pública para que consiga uma consciência coletiva, com o fito de combater o projeto burguês de sociabilidade, para que através da prática de uma pedagogia contra hegemônica possamos mudar as relações de dominação e subserviência impostas pela classe dominante e seu projeto de sociabilidade. Ou isso, ou manteremos inalteradas as relações de exploração e dominação, e continuaremos acreditando no projeto da terceira via intitulado de “um mundo, melhor e sem antagonismos”.

5.0 REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de ciências políticas**. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2017.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise no capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Busca por temas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acessado em junho de 2018.

MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia e a formulação/ atuação de seus intelectuais orgânicos*. **in** NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MELO, Adriana Almeida Sales. *Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico*. **in** NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MELO, Adriana A. S. **A mundialização da educação: Consolidação do projeto neoliberal**

na América latina. Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley & SANT'ANNA, Ronaldo. *Introdução: Gramsci, O estado educador e a nova pedagogia da Hegemonia*. in NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/ MJ. **Matriz curricular revisada em 2014**. Disponível em: http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acessada em junho de 2018.